

↓
Rodrigo
2023

Casa do Povo de Abela

Anexo às DF's

30 de março de 2023

Índice

Balanço

Demonstração de Resultados por natureza

Demonstração de fluxos de caixa

Demonstração de alterações nos fundos patrimoniais

1	Identificação da Entidade	7
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	7
3	Principais Políticas Contabilísticas	8
3.1	Bases de Apresentação e Mensuração	8
3.2	Alterações nas políticas contabilísticas	9
3.3	Alterações nas estimativas contabilísticas.....	9
3.4	Correção de erros de períodos anteriores.....	9
4	Activos Fixos Tangíveis.....	12
5	Custos de Empréstimos Obtidos.....	14
6	Inventários	14
7	Rendimentos e ganhos	15
8	Subsídios do Governo e outras entidades públicas	15
9	Instrumentos financeiros.....	16
10	Benefícios dos empregados.....	16
11	Acontecimentos após a data de balanço.....	18
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	18
13	Outras Informações	18
13.1	Investimentos financeiros.....	18
13.3	Caixa e Depósitos Bancários	18
13.4	Estado e Outros Entes Públicos	19
13.5	Fornecimentos e Serviços Externos	19
13.6	Outros Rendimentos e Ganhos	19
13.7	Outros Gastos e Perdas.....	20
13.8	Resultados financeiros	20

Balança

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2022 (1)	31/12/2021 (2)
ACTIVO:			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	4	1.115.244,13	1.205.087,87
Investimentos financeiros	13.1	4.139,18	4.134,18
		1.119.383,31	1.209.222,05
Activo corrente:			
Inventários	6	15.606,78	16.779,24
Créditos a receber	9.1	17.595,38	20.612,00
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros			
Outras contas a receber	9.1	24.146,52	3.461,02
Diferimentos	13.2	2.975,83	14.039,58
Outros activos correntes			
Caixa e depósitos bancários	13.3	25.382,85	102.414,25
		85.707,36	157.306,09
Total do Activo		1.205.090,67	1.366.528,14
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos		47.702,94	47.702,94
Resultados transitados		(299.481,85)	(176.284,61)
Outras variações nos fundos patrimoniais	8	338.631,71	374.010,35
Resultado líquido do período		(100.308,38)	(120.191,24)
Total do fundo de capital		(13.455,58)	125.237,44
PASSIVO:			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	5	830.680,29	1.035.564,15
		830.680,29	1.035.564,15
Passivo corrente:			
Fornecedores	9.2	64.511,00	31.991,53
Estado e outros entes públicos	13.4	66.630,14	48.514,17
Financiamentos obtidos	5	102.441,93	1.296,26
Outros passivos correntes	9.2	145.265,78	123.924,59
Diferimentos		9.017,11	
Outros passivos financeiros			
		387.865,96	205.726,55
Total do Passivo		1.218.546,25	1.241.290,70
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.205.090,67	1.366.528,14

Demonstração de Resultados por natureza

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	31/12/2022 (1)	31/12/2021 (2)
Vendas e serviços prestados	7	634.365,52	624.801,58
Subsídios à exploração	8	415.240,27	350.678,29
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(188.142,71)	(171.956,97)
Fornecimentos e serviços externos	13.5	(168.110,33)	(151.022,50)
Gastos com o pessoal	10	(762.029,51)	(704.239,78)
Outros rendimentos	13.6	103.421,35	78.502,48
Outros gastos	13.7	(2.398,09)	(498,68)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		32.346,50	26.264,42
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(104.282,12)	(117.729,67)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		(71.935,62)	(91.465,25)
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	13.8	(28.372,76)	(28.725,99)
Resultado antes de impostos (EBT)		(100.308,38)	(120.191,24)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(100.308,38)	(120.191,24)

Demonstração de Fluxos de caixa

Brodrigues
f. MSA

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2022 (1)	31/12/2021 (2)
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		654.184,15	702.468,80
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		(323.402,37)	(301.014,28)
Pagamentos ao pessoal		(665.434,45)	(688.663,77)
	Caixa gerada pelas operações	<u>(334.652,67)</u>	<u>(287.209,25)</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		264.305,29	244.834,70
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	<u>(70.347,38)</u>	<u>(42.374,55)</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			(1.503,37)
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		3.659,30	4.552,80
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			6,21
Dividendos			
	Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	<u>3.659,30</u>	<u>3.055,64</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(9.502,89)	(54.870,14)
Juros e gastos similares		(816,87)	(12.015,58)
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento		(23,56)	(146,26)
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	<u>(10.343,32)</u>	<u>(67.031,98)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>(77.031,40)</u>	<u>(106.350,89)</u>
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		102.414,25	208.765,14
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<u>25.382,85</u>	<u>102.414,25</u>

Demonstração de alterações nos fundos patrimoniais

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO EM 01-01-2021	1	47.702,94	(132.448,10)	409.388,99	(45.366,32)	279.277,51
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Alterações de políticas contabilísticas						-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis						-
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações						-
Ajustamentos por impostos diferidos						-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			(46.836,51)	(35.378,64)	45.366,32	
	2	-	(46.836,51)	(35.378,64)	45.366,32	(36.848,83)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				(120.191,24)	(120.191,24)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3					
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Fundos						-
Subsídios, doações e legados						-
Outras operações						-
	5	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2021	6=1+2+3+5	47.702,94	(179.284,61)	374.010,35	(120.191,24)	122.237,44
Alterações de políticas contabilísticas						-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis						-
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações						-
Ajustamentos por impostos diferidos						-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11.13		(120.197,24)	(35.378,64)	120.191,24	
	7	-	(120.197,24)	(35.378,64)	120.191,24	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				(100.308,38)	(100.308,38)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8					
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Fundos						-
Subsídios, doações e legados						-
Outras operações						-
	10	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2022	11=6+7+8+10	47.702,94	(299.481,85)	338.631,71	(100.308,38)	(13.455,58)

1 Identificação da Entidade

A Casa do Povo de Abela, com o número de identificação de pessoa coletiva 500919887 tem a sua sede na Rua Dr. Francisco Costa, nº 10, em Abela.

Na sua forma jurídica assume-se como uma instituição de direito privado e de utilidade pública. Com estatutos publicados no Diário da República nº 172, III Série, de 27/07/1994, legalmente equiparada a Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) conforme Decreto Lei 171/98, de 25 de Junho, e declaração da Direção Geral da Solidariedade e Segurança Social.

Tem como finalidade desenvolver atividades de carácter social, cultural, desportivo e recreativo, exercendo como atividade principal o apoio social a idosos com e sem alojamento e como atividade secundária outras atividades de apoio social.

Face ao seu reconhecimento como IPSS, encontra-se isenta de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, nos termos do Art.10ª do CIRC.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº158/2009 de 13 de Julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho, no quadro das disposições legais em vigor; e que se encontram consignadas para entidades do sector não lucrativo (ESNL) no Aviso 8258/2015 de 29 de Julho, e na Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho e na Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho.

Sempre que a NCRF-ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as NCRF e Normas Interpretativas (NI); as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e respetivas interpretações SIC/IFRIC.

Não foram derogadas quaisquer disposições da NCRF-ESNL.

Todos os conteúdos das demonstrações financeiras são comparáveis com os do exercício anterior.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Principais políticas contabilísticas

3.1.1 – Bases Gerais de Apresentação e Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis**

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	20 a 50 anos
Equipamento básico	4 a 8 anos

Equipamento administrativo	3 a 4 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 8 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.2.2 Inventários

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e que estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis ou a curto prazo sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.5 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de Investimentos são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Os encargos financeiros não capitalizados são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.3 Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas

3.4 Alterações nas estimativas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações nas estimativas contabilísticas

3.5 Correção de erros de períodos anteriores

Não foram detetados quaisquer erros materiais com impacto nas demonstrações financeiras do período ou em períodos anteriores.

4 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Rodrigue
12/6

Activo Bruto

	Saldo em 1/01/2021	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2021	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2022
Terrenos e recursos naturais	589,21				589,21				589,21
Edifícios e outras construções	2.141.913,00				2.141.913,00				2.141.913,00
Equipamento básico	163.208,61	2.238,60			165.447,21	10.942,08			176.389,29
Equipamento de transporte	85.394,07				85.394,07				85.394,07
Equipamento administrativo	72.745,34				72.745,34	773,17			73.518,51
Activos fixos tangíveis em curso	-				-				-
Outros activos fixos tangíveis	2.211,06				2.211,06				2.211,06
	2.466.061,29	2.238,60	-	-	2.468.299,89	11.715,25	-	-	2.480.015,14

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 1/01/2021	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2021	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2022
Terrenos e recursos naturais	-				-				-
Edifícios e outras construções	849.102,25	99.797,88			948.900,13	99.284,19			1.048.184,32
Equipamento básico	144.153,29	10.385,49			154.538,78	4.147,41		2.729,13	155.957,06
Equipamento de transporte	78.894,10	6.500,00			85.394,10				85.394,10
Equipamento administrativo	71.045,99	1.046,30			72.092,29	850,52			72.942,81
Outros activos fixos tangíveis	2.292,72				2.292,72				2.292,72
	1.145.488,35	117.729,67	-	-	1.263.218,02	104.282,12	-	2.729,13	1.364.771,01

Activo Líquido

1.205.081,87

1.115.244,13

Gastos com Depreciações

	2021	2022
Activos Fixos Tangíveis		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	99.797,88	99.284,19
Equipamento básico	10.385,49	4.147,41
Equipamento de transporte	6.500,00	-
Equipamento administrativo	1.046,30	850,52
	117.729,67	104.282,12

Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos

À data de 31 de dezembro de 2022 a rubrica “Edifícios e outras construções” inclui a quantia escriturada de 100.154,45€ referente aos edifícios do Centro de Dia, Sede Social e Bairro de Renda Económica, dados como garantia de empréstimos bancários da entidade.

A 31 de Dezembro de 2022 não existem compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis.

5 Custos de Empréstimos Obtidos

No exercício de 2022, os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos foram reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

O detalhe da rubrica “Empréstimos obtidos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2022 é conforme se segue:

Empréstimos e Descobertos Bancários

	<u>2021</u>	<u>2022</u>
Não Correntes		
Empréstimos Bancários	1.035.564,15	830.680,29
	<u>1.035.564,15</u>	<u>830.680,29</u>
Correntes		
Empréstimos Bancários	1.296,26	102.441,93
Contas Correntes Caucionadas		
	<u>1.296,26</u>	<u>102.441,93</u>
	<u>1.036.860,41</u>	<u>933.122,22</u>

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Prazo de Reembolso dos Empréstimos

	<u>Total</u>	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>
Empréstimos Bancários	933.122,22	102.441,93	409.767,72	420.912,57
Contas Correntes Caucionadas				
	<u>933.122,22</u>	<u>102.441,93</u>	<u>409.767,72</u>	<u>420.912,57</u>

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2022 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Inventários							
	Inventário em 01/01/2021	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2021	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2022
Matérias primas e consumíveis	11.507,87	177.228,34		16.779,24	186.970,25		15.606,78
Produtos acabados				-			-
...				-			-
	<u>11.507,87</u>	<u>177.228,34</u>	-	<u>16.779,24</u>	<u>186.970,25</u>	-	<u>15.606,78</u>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				<u>171.956,97</u>			<u>188.142,71</u>
Variações nos inventários da produção				-			-

7 Rendimentos e Ganhos

Rodrigues
15/03

Para os períodos de 2021 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	Réditos							
	2021				2022			
	Valor Nominal	Valor reconhecido	Valor Diferido	Valor de acréscimo	Valor Nominal	Valor reconhecido	Valor Diferido	Valor de acréscimo
Prestação de serviços	621.168,18	621.168,18	-	-	622.701,63	622.701,63	-	-
Mensalidades de utentes	618.140,18	618.140,18			621.010,13	621.010,13		
Quotizações e jóias	3.028,00	3.028,00			1.691,50	1.691,50		
Proveitos suplementares	-	-	-	-	-	-	-	-
Proveitos suplementares								
Outros proveitos operacion	3.633,40	3.633,40	-	-	11.663,89	11.663,89	-	-
Outros prov. Operacionais	3.633,40	3.633,40			11.663,89	11.663,89		
	624.801,58	624.801,58	-	-	634.365,52	634.365,52	-	-

A rubrica “Outros proveitos operacionais” refere-se ao reembolso das senhas de refeição e receitas do bar.

8 Subsídios do Governo e outras entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2021 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de subsídios do Governo:

	Subsídios						
	Valor atribuído	Balanço		Demonstração de resultados			
		Capital próprio		Imputação de subsídios para investimentos		Subsídios à exploração	
		2021	2022	2021	2022	2021	2022
Subsídios relacionados com activos	666.133,00	373.698,35	-	35.198,64	35.198,64	-	-
FSE - Fundo Socorro Social	6.000,00	2.400,00		300,00	300,00		
Programa PARES	625.133,00	350.290,27		33.148,64	33.148,64		
Junta de Freguesia Abela - Lar	5.000,00	3.008,08		250,00	250,00		
Câm. Munic. Sant Cacém - água	30.000,00	18.000,00		1.500,00	1.500,00		
Subsídios à exploração	-	-	-	-	-	350.678,29	415.240,27
ISS IP - Acordos Cooperação Social						338.464,71	385.684,86
ISS IP - Apoios COVID						1.563,61	88,72
ISS IP - Adaptar Social +						3.878,52	-
Autarquias - Protocolo refeiq. escolares						5.546,20	23.055,55
IEFP, IP						1.225,25	5.683,14
IAPMEI -Aumento do SMMN							728,00
	666.133,00	373.698,35	-	35.198,64	35.198,64	350.678,29	415.240,27

9 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo menos perdas por imparidade são os seguintes: clientes, contas a receber;

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo são os seguintes: fornecedores, contas a pagar e empréstimos bancários.

9.1 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2022, estas rubricas são detalhadas conforme se segue:

Créditos a receber

	Quantia Nominal		Imparidade		Valor líquido	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Clientes Correntes						
Saldos não vencidos						
Saldos vencidos:						
Até 180 dias	15.910,27	15.164,51			15.910,27	15.164,51
De 180 a 360 dias	4.701,73	2.430,87			4.701,73	2.430,87
Mais de 360 dias						
	20.612,00	17.595,38	-	-	20.612,00	17.595,38

Outras Contas a Receber

	2021	2022
Fornecedores (saldos contrários)		
Adiant. e outras operações com o pessoal		
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Subsidio ANPC		
Outros Devedores	3.461,02	24.146,52
IEFP, IP	810,96	8.899,17
ISS, IP - Retenções acordos cooperação	2.650,06	15.247,35
	3.461,02	24.146,52

9.2 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2022, estas rubricas são detalhadas conforme se segue:

Fornecedores

	2021	2022
Fornecedores, Conta Corrente	31.991,53	64.511,00
Fornecedores, títulos a pagar		
	31.991,53	64.511,00

Brodrigues
15/03

Outras Contas a Pagar

	<u>2021</u>	<u>2022</u>
Corrente		
Pessoal	570,54	
Fornecedores de investimentos	1.567,39	2.818,76
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar ao pessoal	87.806,40	87.806,40
Juros a liquidar		
Outros acréscimos de gastos	3.785,94	7.324,06
Outros Credores	30.194,32	47.316,56
Utentes - C/C Cofre		30.041,40
Medicamentos utentes - C/C		14.556,91
Outros		2.718,25
	<u>123.924,59</u>	<u>145.265,78</u>

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2021 e 2022 foram, em ambos os períodos de 11 membros efetivos e 6 suplentes.

Os órgãos diretivos não usufruem de quaisquer remunerações pelo exercício das suas funções, nem existem quaisquer créditos concedidos ou outro tipo de compromissos assumidos com os mesmos.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 e em 31/12/2022 foi de 59.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários é assim detalhado:

Gastos com o Pessoal

	<u>2021</u>	<u>2022</u>
Remunerações dos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações do pessoal	567.735,34	652.845,51
Encargos sobre Remunerações	126.454,10	132.461,04
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profi.	5.783,35	9.687,87
Outros gastos com Pessoal	4.266,99	5.683,26
	<u>704.239,78</u>	<u>800.677,68</u>

11 Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social não se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Investimentos financeiros

A rubrica “Investimentos Financeiros” tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2022
Titulos capital - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Costa Azul	1.030,00 €	1.050,00 €
Fundo de Compensação do Trabalho	3.089,18 €	3.089,18 €
Total	4.119,18 €	4.139,18 €

13.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2022, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Diferimentos Activos

	2021	2022
Diferimento de gastos		
Seguros	14.039,58	340,05
Outros custos diferidos		2.635,78
	14.039,58	2.975,83

13.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 202 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

	<u>2021</u>	<u>2022</u>
Depósitos bancários à Ordem	39.201,56	5.034,47
Depósitos bancários a Prazo	47.000,00	
Caixa	<u>16.212,69</u>	<u>20.348,38</u>
	<u>102.414,25</u>	<u>25.382,85</u>

F
Rodrigo
18/3

13.4 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica "Estado e outros entes públicos" desdobra-se da seguinte forma:

Estado e Outros Entes Públicos

	<u>2021</u>	<u>2022</u>
Saldos Credores		
Corrente		
IRC - A Pagar	-	
Retenção imposto s/ rend.	10.547,86	5.378,02
IVA - A Pagar		
Restantes Impostos		
Contribuição p/ Seg. Social	<u>37.966,31</u>	<u>61.252,12</u>
	<u>48.514,17</u>	<u>66.630,14</u>

13.5 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição da rubrica "Fornecimentos e Serviços Externos" nos exercícios de 2021 e 2022, foi a seguinte:

Descrição	2021	2022
Serviços especializados	70.474,31 €	80.569,60 €
Materiais	2.889,21 €	4.350,77 €
Energia e fluidos	65.487,92 €	73.963,10 €
Deslocações, Estadas e transportes	- €	- €
Serviços Diversos	12.171,06 €	10.701,40 €
	<u>151.022,50 €</u>	<u>169.584,87 €</u>

13.6 Outros Rendimentos

A repartição da rubrica "Outros Rendimentos" nos exercícios de 2021 e 2022, foi a seguinte:



Descrição	2021	2022
Festas / Actividades angariação fundos	- €	15.000,04 €
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros (Rendas)	6.669,96 €	9.161,90 €
Outros	6.658,54 €	24.841,59 €
Imputação subsídios investimento	35.198,64 €	35.198,64 €
Donativos	29.975,34 €	31.274,64 €
	78.502,48 €	115.476,81 €

13.7 Outros Gastos

A rubrica “Outros Gastos e Perdas” tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2022
Impostos e taxas	301,08 €	771,08 €
Correções exercicios anteriores	- €	5.205,61 €
Dívidas incobráveis	- €	- €
Outros	197,60 €	773,66 €
	498,68 €	6.750,35 €

13.8 Resultados financeiros

Os resultados financeiros reconhecidos nos exercícios de 2021 e 2022 são detalhadas da seguinte forma:

Descrição	2021	2022
Gastos e Perdas de Financiamento		
Juros de Financiamentos obtidos	27.755,12 €	26.860,52 €
Outros gastos e Perdas - Relat. Financ.obtidos	970,87 €	1.517,24 €
	28.725,99 €	28.377,76 €

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2018 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

O Contabilista Certificado

A Direcção

Assinado por: **Elina Alexandra Sabina Costa Pereira**
 Num. de Identificação: BI10149041
 Data: 2023.03.31 14:47:33+01'00'



Casa do Povo de Abela
 Associação Utilidade Pública
 NIPC 500 919 887
 A Direcção

CASA DO POVO DE ABELA

Parecer do Conselho Fiscal

Caríssimos sócios,

O relatório de contas da nossa instituição demonstra claramente os fins específicos a que a mesma se propõe. Em 2022 continuamos no rescaldo de uma pandemia, e começamos a sentir o reflexo da guerra na Ucrânia. Apesar de existir um alívio nas diretrizes da DGS (Direção Geral da Saúde) quanto a pandemia, tivemos um aumento de despesa relativamente ao aumento de preço dos fornecedores devido a guerra.

Após conferência devida das referidas contas podemos concluir que no ano de 2022 a instituição apresentou um total de receitas (Vendas e Serviços prestados, subsídios à exploração e outros rendimentos) no valor de **1.153.027,14 €**, e um total de despesas (Custo de Mercadorias vendidas e de matérias consumidas, Fornecimentos externos, gastos com o pessoal e outros gastos) de **1.120.680,64€**.

Os valores apresentados permitem demonstrar um resultado operacional positivo, antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) na ordem dos **32.346,50€**.

Após análise da restante documentação podemos concluir que a instituição apresentou em 2022 um resultado líquido do período de **100.308,38€ negativos** maioritariamente provocado por gastos/reversões de depreciação e amortização, por encargos com juros e similares e também pela redução do resultado operacional.

Este valor reflete também a situação de agravamento de preços que se manteve durante o ano de 2022 afetando bastante o funcionamento diário da nossa instituição.

Com esta demonstração de resultados o Conselho Fiscal vem perante esta Assembleia Geral emitir um parecer favorável sobre o relatório de contas apresentado pela Direção.

Abela, 17 de Abril de 2023

O Conselho Fiscal

• Hugo Alexandre Guenário Prunty
• Alexandra Filipa Mendes Pezeira Ventura.
• Pedro Machado

---Aos dezassete dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, pelas dezanove horas e trinta minutos reuniram-se, em segunda sessão, por não se encontrarem presentes a maioria dos sócios para a primeira sessão marcada para as dezoito horas e trinta minutos, na sala de reuniões do Centro de Dia da Casa do Povo de Abela, os sócios em Assembleia Geral Ordinária, da Casa do Povo de Abela pessoa coletiva número 500919887, com sede na Rua Dr. Francisco N10 em Abela, inscrita na conservatória do registo comercial de Santiago do Cacém, conforme convocatória do seu presidente o senhor Jorge Humberto Nunes Pereira, datada de vinte e quatro de março de dois mil e vinte e três. -----

---Aberta a sessão pelo senhor presidente da Mesa, o senhor Jorge Humberto Nunes Pereira, tendo como secretários a D. Rosália Maria Moutinho e D. Maria Margarida Pereira Costa, foi lida a referida convocatória com a seguinte ordem de trabalhos:

---1º Apreciação e votação do relatório, balanço e contas da direção e Parecer do Conselho Fiscal do ano de 2022; -----

---2º Outros assuntos de interesse para a Instituição. -----

---O presidente da mesa tomou a palavra, abriu a sessão e leu a convocatória para esta assembleia.-----

---Posto isto, o senhor presidente da mesa deu a palavra ao senhor presidente da direção Flávio Ruben Jesus Gomes Almeida.-----

O senhor presidente da direção, tomando da palavra, informou e esclareceu a Assembleia sobre as contas e resultados referentes ao ano de dois mil e vinte e dois. Além de esclarecer mais detalhadamente as rubricas de maior valor da demonstração de resultados e do balanço, informou a assembleia que as vendas, as prestações de serviços e outros rendimentos da atividade da Casa do Povo, no ano de dois mil e vinte e dois, atingiram um total de receitas no valor 1.153.027,14€ (um milhão cento e cinquenta e três mil e vinte e sete euros e catorze cêntimos). Por outro lado, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, assim como os serviços externos, os gastos com pessoal e outros gastos, representaram um total de 1.120.680,64€ (um milhão cento e vinte mil seiscentos e oitenta euros e sessenta e quatro cêntimos).-----

O senhor presidente da direção esclareceu ainda que as contas apresentam um resultado operacional positivo, antes de depreciações, gastos de financiamento e

CASA DO POVO DE ABELA, NIF 500919887

impostos (EBITDA) de 32.346,50€ (trinta e dois mil trezentos e quarenta e seis euros e cinquenta cêntimos). -----

O resultado líquido de dois mil e vinte e dois foi no entanto negativo, no valor 100.308,38€ (cem mil trezentos e oito euros e trinta e oito cêntimos). Este resultado é maioritariamente provocado pelos gastos/reversões de depreciação e amortização assim como encargos com juros e similares. -----

Depois de devidamente apresentadas as contas, o senhor presidente da mesa colocou as mesmas à votação tendo estas sido aprovadas por unanimidade. ----

Passou-se de seguida ao ponto dois da ordem de trabalhos. -----

Neste ponto, tomou a palavra o sócio Manuel Maria Martinho que questionou o motivo pelo qual não tinha existido aprovação de orçamento para o ano de 2022. Foi esclarecido pelo presidente da direção que tal situação se devia à alteração de direção, por demissão da anterior, e pelo facto de aquando da elaboração do orçamento, novembro de 2021, a direção cessante não ter elaborado o mesmo. Por outro lado, a direção que iniciou funções em 2022 considerou não estarem reunidas as condições para apresentar um orçamento que espelhasse a real situação da instituição. -----

---Como não ocorreu mais nenhuma intervenção e nada mais havendo a discutir no último ponto da ordem de trabalhos, o senhor presidente da mesa da Assembleia Geral agradeceu a presença dos sócios e encerrou-se a reunião pelas vinte horas e vinte e cinco minutos sendo elaborada esta ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral. -----

Margarida Costa
Rosília Coutinho